

## **EDUCAÇÃO FEMINISTA POPULAR E A SOCIOLOGIA DO PROCESSO DE TRABALHO**

Bruna Weyll de Melo<sup>1</sup>  
Elis Cristina Fiamengue<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O objetivo geral deste trabalho foi problematizar a formação técnica de nível médio levando em consideração a persistência e o necessário rompimento de relações de exploração-dominação de gênero, raça e classe no mundo do trabalho. Para isso apresentamos algumas contribuições históricas e teóricas feministas (clássicas e contemporâneas) para as ciências sociais, a fim de discutir como esses aspectos podem ser elaborados em sala de aula e suas possíveis consequências. Para isso, o estágio de regência foi o instrumento que possibilitou o diálogo entre a teoria feminista e o conteúdo sociológico destinado ao tema do processo de trabalho. A elaboração desse conteúdo parte da indissociabilidade do debate proposto com o atual contexto social, econômico, político e cultural que envolve a educação pública no Brasil, que deve ser analisada conforme os devidos aspectos históricos e estruturais da formação social brasileira, que exigem de uma educação democrática o diálogo entre ensino técnico e a formação básica politizada, que prepare trabalhadores/as para assumirem seu papel de sujeitas/os inteiras/os e integradas/os, que valorizem e tenham a força do seu trabalho valorizada independente de qualquer forma de discriminação material, ideológica ou qualquer forma de violência.

### **TEMA/ RELEVÂNCIA/JUSTIFICATIVA**

O tema geral deste trabalho é Feminismo e Sociologia, especificamente em torno dos desafios para uma educação pública para além do trabalho, mas que parta do trabalho, para compreender e superar as contradições de gênero, raça, classe e orientação sexual. A amplitude do tema permite dialogar com o modelo estrutural de ensino que ainda institui como básicas as relações racistas, patriarcais, heterossexistas e capitalistas dependentes que naturalizam as condições de exploração-dominação a que estão submetidas a maioria da juventude no nosso país, público dessas instituições.

O ensino técnico incorporado ao ensino básico enquanto uma alternativa de qualificação da massa de jovens trabalhadores/as é uma estratégia política do Estado brasileiro que se desenvolve desde a República, mas que tem suas raízes na educação colonial sexista e escravocrata.

Sabemos que as escolas não formam “trabalhadores” como uma categoria genérica e universal de seres “iguais”, mas sim, corpos e mentes por uma perspectiva sexuada,

---

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Licenciada em Ciências Sociais, branca, feminino, Itabuna - BA.

<sup>2</sup> Professora orientadora: Departamento de Educação - DCIE – UESC, doutora, branca, mulher, Ilhéus – Bahia.

racializada, classista e de gênero que impede o desenvolvimento do senso crítico e das capacidades criativas e produtivas a partir de uma fragmentação, alienação e padronização correspondente a manutenção de uma desigualdade social crônica, estrutural e incontestável.

Após a Constituição de 1988 o caminho de consolidação da democracia brasileira esbarrou na agenda da globalização neoliberal, que desde sua implantação na América Latina gera traumas e reivindicações sociais, resultado, entre outras coisas da dependência econômica, da criminalização da pobreza e do desemprego estrutural somados a uma ideologia individualista, egoísta e excludente, que se apoia em um Estado cada vez mais autocrático e policial, impondo uma dinâmica no mercado de trabalho onde a informalidade, flexibilização, precariedade e superexploração são a realidade maioria da população.

O cenário social, político, econômico do Brasil é de uma conjunção de crises estruturais que têm exposto as contradições centrais da formação social brasileira: racismo, patriarcado, heterossexismo, e o capitalismo dependente que provocam uma desigualdade social abissal que submete a maioria do povo brasileiro a desolador estado de superexploração do trabalho. É nesse contexto que se desenvolvem os conflitos em torno do ensino técnico e sua primazia sobre o ensino superior, no que diz respeito a maioria da classe trabalhadora.

O direito democrático à educação formal sempre foi uma pauta das mulheres organizadas em torno do feminismo, coerentes com o princípio básico da cidadania. Entretanto por mais que quantitativamente as mulheres hoje sejam a maioria da base escolar, a escola enquanto instituição continua sendo espaço de reprodução de preconceitos, discriminação e violência, formando trabalhadores/as não manutenção da divisão sexual e racial do trabalho, de forma que não altere a sua divisão social e internacional.

A persistência da subjugação das mulheres na nossa sociedade, sua condição social de extrema pobreza, sobrecarga e exaustão física e mental precisam ser enfrentadas por uma educação integral, conscientizadora e criativa, que não naturalize, mas desmonte o processo de trabalho, a fim de que se reconheça sua dinâmica e se provoque novas relações que objetivem novos produtos sociais. Disso depende encarar o feminismo enquanto ferramenta científica que aliada a sociologia, por uma perspectiva popular, instrumentaliza o caminho para a emancipação humana de um ideal de “igualdade” inalcançável rumo a valorização das diferenças como forma de (re)sistência e transformação.

## **OBJETIVOS**

O objetivo geral deste trabalho foi problematizar a formação técnica de nível médio levando em consideração a persistência e o necessário rompimento de relações de exploração-dominação de gênero, raça e classe no mundo do trabalho. Os objetivos específicos, por sua vez, foram: apresentar algumas contribuições históricas feministas para as ciências sociais; discutir como esses aspectos podem ser elaborados em sala de aula e suas possíveis consequências.

## **APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO**

O trabalho foi desenvolvido a partir da análise da experiência de Estágio de Regência no Centro Territorial de Educação Profissional Litoral Sul - CETEP II de Itabuna/BA com a disciplina de Sociologia de Processo de Trabalho. Este estágio é o último curricular do curso de licenciatura em Ciências Sociais e tem como conteúdo uma abordagem teórico-prática, a partir da inserção da graduanda na realidade educacional, dispõe de uma carga horária total de

135h divididas em:

1. Elaboração do plano de atividades (40h),
2. Seminário temáticos (45h),
3. Regência que inclui planejamento de aulas (30h) e
4. Relatório final de estágio (20h).

O estágio é um espaço privilegiado de reflexões e descobertas sobre a profissão e para o desenvolvimento deste trabalho utilizamos como instrumentos de pesquisa os registros das atividades e observações desenvolvidas durante a prática, para tal a utilização dos diários de campo foram uma ferramenta imprescindível, sobretudo pela possibilidade de reflexão mediante a escrita. A tentativa foi desenvolver um método de sistematização das questões teóricas e práticas relativas à forma como o mercado de trabalho estrutura os seres humanos nas categorias de gênero, classe e raça, estimulando o ensino-aprendizagem da sociologia por meio de uma reflexão crítica das/os sujeitas/os envolvidas/os sobre sua própria realidade e inserção no modo de produção.

O trabalho contou com o aporte de um capítulo dedicado à fundamentação teórica que orientou a regência.

## CONCLUSÕES/ENCAMINHAMENTOS FUTUROS

Quando se analisa o imbricamento entre gênero, raça e classe são profundas as contradições e demarcações nas relações sociais, afetivo-sexuais, culturais, etc. com base na supremacia racial branca, heterossexista e patriarcal imposta. Com a convergência de crises: econômica, ambiental, sanitária e as disputas geopolíticas mundiais, avançam a repressão imperialista e neoliberal, no caso do Brasil agravadas por um governo de tendência neofascista, provocando um cenário de calamidade pública, destruição do patrimônio nacional e estagnação econômica, com consequências desastrosas para a maioria da população, que se vêem sem perspectivas de melhorar as condições de vida no curto, médio e longo prazo, mesmo com a aparente crescente oferta de vagas em cursos técnicos profissionalizantes.

Faz-se necessário reconhecer as escolas enquanto verdadeiros campos de batalha, em que a construção de um projeto de educação passa também pela escolha de qual sociedade queremos construir, sobre quais condições e com quais prioridades e sobre quais interesses essas escolhas estão vinculadas estrategicamente. Esse nível de consciência exige uma educação que dialogue o ensino técnico com a formação básica e politizada, que prepare trabalhadores/as para assumirem seu papel de sujeitas/os inteiras/os e integradas/os, que valorizem e tenham a força do seu trabalho valorizada independente de qualquer forma de discriminação material, ideológica ou qualquer forma de violência. Este trabalho pretende dialogar com pesquisas que se desenvolvam nesse sentido de provocar a totalidade das relações sociais e dos processos de ensino-aprendizagem, na promoção de uma educação que se desenvolva por meio da potencialização das diferenças e não mais institua um único padrão de igualdade.

## REFERÊNCIAS

BRABO, Tânia Suely A. M. **Educação E Democracia: O Papel Do Movimento Feminista Para A Igualdade De Gênero Na Escola.** ex æquo, n. 17, 2008, pp. 155-165.

CARNEIRO, Aparecida Suelaine. **Mulheres e educação: gênero, raça e identidades.** Sorocaba: Unicamp, 2015 (dissertação).

CARVALHO, Marília Pinto de. **Um olhar de gênero sobre as políticas educacionais.** In FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam; AUAD, Daniela Auad; CARVALHO, Marília (orgs.). **Gênero e Educação.** São Paulo: SOF (Sempreviva Organização Feminista), 1999.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil Dualidade e fragmentação.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão.** in MORENO, Renata. Reflexões e práticas de transformação feminista. São Paulo: SOF, 2015.

KRUPSKAYA, Nadezha Konstantinovna. **A construção da Pedagogia Socialista: escritos selecionados.** Luiz Carlos de Freitas e Roseli Salete Caldart (orgs.). 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

ZAIDMAN, Claude. **Educação e Socialização.** In. HIRATA, Helena... [et al.] (orgs.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. pgs.80 a 85